



MARIA DE LURDES CALDAS

# NASCI HOMEM E HOMEM HEI-DE MORRER!



---

**ABÍLIO DE MACEDO**

UM HOMEM QUE

**HENRIQUE GALVÃO**

INTERNOU NO TARRAFAL

---



PEDRO CARDOSO  
LIVRARIA



MARIA DE LURDES CALDAS

# NASCI HOMEM E HOMEM HEI-DE MORRER!

---

**ABÍLIO DE MACEDO**

UM HOMEM QUE

**HENRIQUE GALVÃO**

INTERNOU NO TARRAFAL

---



PEDRO CARDOSO  
LIVRARIA

#### FICHA TÉCNICA:

Edição: LPC - Livraria Pedro Cardoso  
Sede Fazenda Praia, Cabo Verde  
Telefone: (+238) 260 15 07 / 08 / 09  
livrariapedrocardoso@gmail.com

Título: *Nasci homem e homem hei-de morrer! – Abílio de Macedo, um homem que Henrique Galvão internou no Tarrafal*

Autor: Maria de Lurdes Caldas

Capa e Paginação: Inês Ramos [inesramos.designer@gmail.com]

© do autor. Direitos desta edição reservados à Livraria Pedro Cardoso  
1.<sup>a</sup> edição: Setembro de 2025

Impressão e acabamento: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

ISBN: 978-989-9186-24-8  
Depósito Legal: 553314/25  
Tiragem: 300 exemplares

---

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, nomeadamente fotocópia, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

# NASCI HOMEM E HOMEM HEI-DE MORRER!

---

**ABÍLIO DE MACEDO**

UM HOMEM QUE

**HENRIQUE GALVÃO**

INTERNOU NO TARRAFAL

---



## ÍNDICE

Nota prévia.....	9
Agradecimentos .....	11
Apresentação .....	15
Capítulo 1	
<b>Abílio Monteiro de Macedo: uma biografia parcelar.....</b>	<b>21</b>
A infância e a adolescência .....	21
A República e <i>A Voz de Cabo Verde</i> .....	24
A presidência da Câmara da Praia.....	29
Revezes nos negócios e emigração norte-americana .....	36
O endividamento ao Banco Nacional Ultramarino .....	39
Retoma dos negócios e adversidade(s) na família.....	48
Capítulo 2	
<b>O <i>annus horribilis</i> de 1942 .....</b>	<b>53</b>
A crise famínea e a guerra no Atlântico.....	53
Governações medíocres.....	59
A saga do SAGA .....	65
A pugna pelo associativismo comercial .....	73
Capítulo 3	
<b>Henrique Galvão, o «inquiridor-fazedor-de-fretes» .....</b>	<b>79</b>
O <i>furacão Galvão</i> assola o arquipélago.....	79
A voz incómoda de Abílio de Macedo.....	85
A “causa americana” da detenção.....	87
As conclusões do inquérito .....	93

Capítulo 4	
<b>Internado no Tarrafal .....</b>	<b>103</b>
Prisão e chegada à Colónia Penal .....	103
O espaço físico.....	111
A população da Colónia Penal: reclusos e funcionários .....	114
«Alguma vez havia de ser» .....	125
O regresso ao Fogo: um novo amor e de novo uma família...	136
 Apêndices	
Apêndice 1	
<b>A autarcia administrativa da elite insular e a «lição»</b>	
<b>de Henrique Galvão – 1.....</b>	<b>143</b>
O processo dos irmãos Avelino Henriques .....	143
 Apêndice 2	
<b>A autarcia administrativa da elite insular e a «lição»</b>	
<b>de Henrique Galvão – 2.....</b>	<b>151</b>
O processo de Hermano Fermino de Pina .....	151
 Apêndice 3	
<b>De «raça duvidosa» e falsário ou as dúvidas acerca da geografia da</b>	
<b>ascendência de Henrique Galvão .....</b>	<b>165</b>
Uma hipótese aliciante... ..	165
... mas com fragilidades.....	175
 Anexo documental.....	179
 Lista de siglas .....	213
Fontes e bibliografia citadas .....	215
Índice de imagens .....	225
Índice remissivo de antropónimos .....	229



Ninguém sabe  
ninguém dá por isso  
a rádio não fala  
os jornais não dizem  
ninguém telegrafa.

JORGE BARBOSA,  
«Crianças», *Poemas dispersos*



## Nota prévia

Todos os livros têm uma história. A deste teve o seu início há cerca de quinze anos, quando, mais ou menos casualmente, acedi a uma cópia de um ignorado e extraordinário texto inédito, escrito por Abílio de Macedo em 1942. Logo me cativou, até porque tinha em mira escrever uma biografia do seu autor, figura de grande projecção em Cabo Verde, particularmente nas ilhas de Sotavento. Reservei, porém, este projecto para quando terminasse a investigação que então me absorvia o espírito e consumia todas as horas. Outros trabalhos, com as suas urgências, foram adiando a concretização deste desígnio. Chegou, finalmente, a sua hora.

Apesar de reunir muitos materiais biográficos, esta não é (ainda) senão a história parcial da vida do homem muito complexo e de valores fortemente conflituantes que foi Abílio de Macedo. O comerciante ardiloso, o predador sexual, o ardente amante da sua terra e o intrépido e devotado paladino da sua dignidade e do seu progresso, não esgotam a que foi uma das grandes figuras do arquipélago. Continuaremos, pois, a conviver, Abílio e eu, na esperança de que se me apresente mais inteiramente.

Sobre a enorme relevância do extenso documento que deu origem a este volume, para a biografia de Abílio de Macedo e para a história contemporânea de Cabo Verde, aquilatará o leitor, a quem espero conseguir comunicar o entusiasmo que ele continua a suscitar-me.

Nas citações directas, e a despeito de algumas incoerências, respeitei, como sempre, a ortografia original.



## Agradecimentos

Exprimo a minha gratidão (nalguns casos, póstuma) a:

Teodoro Monteiro de Macedo, por me ter confiado uma cópia do documento inédito que está na origem deste volume e pelas muitas dezenas de horas de conversa telefónica relembrando seu Pai.

Arnaldo Monteiro de Macedo Santos, pelos informes e material iconográfico disponibilizados e pela oferta inteira do seu tempo, da sua prodigiosa inteligência e do seu entusiasmo.

Eunice Pina Alves Monteiro de Macedo, pelo depoimento acerca de seu Pai.

Agnelo Vieira de Andrade, pela costumeira gentileza em facultar-me imagens do seu importante arquivo fotográfico da antiga elite da ilha do Fogo.

Pedro Miguel Patacho de Aguiar, pela disponibilidade para dialogar acerca da infância do seu antepassado (Henrique Galvão) e ainda pelo acesso ao acervo fotográfico familiar.

Dr. João Baptista Malta, pelo desvelo posto na cedência de documentos relativos à história da sua Família.



*A meus Pais*  
*A meus Filhos*





## Apresentação

Em 28 de Agosto de 1942, sob o título «A Missão do Capitão Henrique de Galvão», o *Noticias de Cabo Verde* anunciava na primeira página a chegada ao arquipélago de Henrique Carlos Malta Galvão, inspector superior de Administração Colonial. Dizia a notícia que tinha sido nomeado para ajudar o governador de Cabo Verde a combater a crise famínea que assolava as ilhas e a conceber medidas que prevenissem o advento de outras *crises*<sup>1</sup>. Menos de um mês volvido, por sua determinação, quatro dos principais comerciantes das ilhas, entre eles, Abílio Monteiro de Macedo, achavam-se presos na Colónia Penal do Tarrafal.

Dispomos de algumas memórias e testemunhos publicados por homens que passaram pela Colónia Penal, mais tarde, Campo de Trabalho do Tarrafal. É possível que muitos outros tenham sido escritos e permaneçam inéditos. É o que acontece com um longo documento escrito por Abílio Monteiro de Macedo, destacado membro da elite socioeconómica do arquipélago de Cabo Verde, que esteve internado na Colónia Penal entre 10 de Setembro e 26 de Outubro de 1942. Intitulado «O Criminoso Desleixo na Organização de Medidas de Prevenção Contra as Periódicas Estiagens Cabo-Verdeanas – Anos de 1941-1942», foi produzido pouco depois da libertação do seu autor, ainda em 1942.

As outras descrições e narrações de tarrafalistas foram redigidas e publicadas essencialmente nos anos 70 ou posteriormente, ou seja, a dois ou três decénios a jusante dos factos relatados. Sabemos como a reconstituição do passado é tributária da selecção processada pela memória, e conhecemos o poder criativo desta. Impõe-se, por isso, inte-

---

<sup>1</sup> NCV, n.º 216, 28.8.1942, p. 1.

grar as narrativas dos ex-reclusos nos vários contextos condicionadores dos respectivos relatos, não sendo o das fidelidades e coerências político-ideológicas o de menor relevância.

O testemunho de Abílio Monteiro de Macedo partilha com os outros este condicionamento, mas está temporalmente muito mais próximo dos factos narrados, pois que terá sido reduzido a escrito poucas semanas depois da sua libertação. Também o facto de ser natural de uma das ilhas de Cabo Verde e sentir directamente a condição de colonizado nos proporciona uma outra perspectiva dos acontecimentos que levaram à sua detenção na Colónia Penal. Mas não era somente a proveniência geográfica que separava Abílio Monteiro de Macedo dos outros reclusos, na sua esmagadora maioria metropolitanos. Também os afastava a distância ideológica, de estatuto e de classe social. O peso do vínculo aos quadros socioculturais adquiridos, muito diversos dos da maioria da população prisional, composta essencialmente por operários comunistas e anarquistas, manifesta-se, como veremos, nas diferentes apreciações de Abílio de Macedo de algumas figuras de relevo da Colónia Penal, como o director e o médico<sup>2</sup>. Comum a todas as narrativas, como seu pano-de-fundo, a memória do imenso sofrimento físico e moral a que eram submetidos os encarcerados.

Não sendo exclusivamente centrado na exposição do quotidiano concentracionário, este documento é valioso pelos muitos informes relativos ao funcionamento da Colónia Penal do Tarrafal nos primeiros anos de 40. O relato da experiência do seu autor no campo de concentração reveste-se de um interesse acrescido pelas razões apontadas – Abílio Monteiro de Macedo era cabo-verdiano e não estava integrado em qualquer organização clandestina de resistência ao Estado Novo, como acontecia com os ex-tarrafalistas que nos deixaram testemunhos da sua passagem pela Colónia Penal –, e por outra ainda: era um grande conhecedor da realidade económica, social e administrativa das ilhas. Residira cerca de um quarto de século na ilha de Santiago, e ali desempenhara elevadas funções na administração municipal e provincial/colonial até 1928. A sua família dominara durante séculos não apenas a economia e toda a orgânica institucional da sua ilha-berço, a ilha do Fogo, como estendera esse domínio a outras ilhas de Cabo

---

<sup>2</sup> O que patenteia a importância da problematização da representação na literatura-testemunho (Márcio Seligmann-Silva (org.), 2020 [2003]).

Verde, entre elas, a de Santiago, a cuja Câmara forneceu mais do que um presidente<sup>3</sup>. «O Criminoso Desleixo [...]» apresenta-nos, pois, uma perspectiva necessariamente diferente daquela que emerge das narrativas dos outros tarrafalistas, na sua maior parte metropolitanos e operários.

Para além de autobiografia prisional, a obra é inestimável pela descrição e comentários acerca de vários aspectos da vida económica, administrativa e política nestes primeiros anos da terrível crise de subsistências que atingiu o arquipélago de Cabo Verde no decénio de 40, agravada pelos condicionalismos impostos à navegação comercial pela guerra no Atlântico. Este documento apresenta ainda uma relevância adicional: nele se contesta a versão oficial da filiação e da naturalidade da família de Henrique Galvão. De acordo com o autor e com a voz corrente na ilha do Fogo, Henrique Galvão não era português metropolitano ou, pelo menos, não o era a sua família materna, que seria natural daquela ilha, ou seja, conterrânea da família de Abílio de Macedo. Também os seus pais não seriam Celestino Alberto Salgueiro Galvão e Maria Vitória de Brito Malta, mas um militar metropolitano que prestara serviço nas ilhas e na Guiné – Joaquim Augusto Galvão – e uma fogueuse – Euprépria Rosa de Araújo.

Não acedemos ao manuscrito de Abílio Monteiro de Macedo, ao que parece, já desaparecido, mas ao texto dactilografado por uma das filhas do autor<sup>4</sup> a partir desse manuscrito. De acordo com outro dos filhos<sup>5</sup>, o pedido para a transcrição proviera do próprio Abílio de Macedo, que pretendia que fosse impresso com uma ortografia actualizada. O documento não chegou a ser publicado, uma vez que Abílio de Macedo morreu em 1965, antes da queda do regime cujos meios repressivos expunha. A cópia da versão dactilografada de que dispomos está datada de 1977; contudo, de acordo com o autor, o original foi redigido no final de 1942, ou seja, logo após a sua experiência tarrafalista.

---

<sup>3</sup> Sobre a família que, desde o povoamento e colonização da ilha do Fogo, constituiu a sua elite económica, política, social e cultural, e que foi senhora quase absoluta da Guiné ex-Portuguesa durante grande parte do século XIX, pode consultar-se Maria de Lurdes Caldas, *Os Medina e Vasconcelos – História de uma Família*, 3 vols., 2019.

<sup>4</sup> Ana do Quental de Macedo.

<sup>5</sup> Teodoro Monteiro de Macedo, a quem, mais uma vez, agradecemos, agora postumamente, a cedência do texto.

Para reconstituir o processo que desembocou no encarceramento dos quatro grandes comerciantes do arquipélago na Colónia Penal do Tarrafal em Setembro de 1942, servimo-nos da correspondência oficial e privada de alguns protagonistas dos acontecimentos e de peças da imprensa coeva, para além de «O Criminoso Desleixo na Organização de Medidas de Precaução Contra as Periódicas Estiagens Cabo-Verdeanas Anos de 1941-1942». Esta documentação integra sobretudo o acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (destacando-se o Arquivo Oliveira Salazar e o Arquivo da PIDE/DGS), do Arquivo Histórico Militar e do Arquivo Nacional de Cabo Verde. Entre a correspondência oficial ou semi-oficial, avulta um documento precioso, ao qual parece não ter sido ainda dada a devida atenção pelos investigadores, sobretudo pelos biógrafos de Henrique Carlos Malta Galvão – «a Carta –Relatório–» dirigida pelo inspector superior ao ministro interino das Colónias, Francisco José Caeiro, em Setembro de 1942, dando-lhe conta do andamento do processo de inquérito acerca do conflito entre os comerciantes e o governador de Cabo Verde, e das medidas que propunha para combater a *crise*<sup>6</sup>. Lamentavelmente, do processo individual de Abílio Monteiro de Macedo que consta do fundo documental PIDE/DGS<sup>7</sup>, só resta... a capilha, tendo desaparecido os documentos que o integravam. Esta terá sido, contudo, uma das fases da vida de Abílio mais bem documentadas, uma vez que dispomos dos depoimentos dos dois principais intervenientes no processo que o conduziu à Colónia Penal: o inquiridor (Henrique Galvão) e o inquirido.

Começaremos por apresentar alguns dados biográficos de Abílio Monteiro de Macedo. Apesar de se tratar de uma figura proeminente da história de Cabo Verde, cuja memória a própria toponímia da capital consagrou, em Portugal, é um nome de poucos conhecido e apenas de cabo-verdianos e portugueses com ligações familiares ou profissionais ao arquipélago. Uma curiosa excepção foi o último presidente do Conselho do Estado Novo. Desconhecemos quando e em que circunstâncias Marcelo Caetano conheceu Abílio de Macedo. O contacto ter-se-á dado através de um dos irmãos de Abílio, Mário Monteiro de Macedo, que era, à época, chefe da Repartição dos Correios e Telé-

<sup>6</sup> «Carta –Relatório–», 30.9.1942. ANTT-AOS/CO/UL-10, cx. 465.

<sup>7</sup> ANTT-PIDE/DGS, Série PC, NT 4775, proc. 1313/42 – Abílio Monteiro de Macedo.

grafos do Ministério das Colónias. É provável que o conhecimento de ambos recuasse ao tempo em que Marcelo Caetano fora ministro das Colónias ou àquele em que fora administrador do Banco Nacional Ultramarino (doravante, BNU).<sup>8</sup> Como veremos, Abílio de Macedo foi um cliente que manteve uma longa e tormentosa relação com o Banco, justificando, por várias vezes, a intervenção directa dos seus principais dirigentes. Em 1929, quando era vice-governador do BNU, Francisco Vieira Machado, que haveria de ser ministro das Colónias alguns anos volvidos, chegara mesmo a deslocar-se ao arquipélago para acautelar os interesses do Banco, que havia prodigamente distribuído créditos a quem lhos solicitara e se via a braços com vários mal-parados. Na Praia, capital da Colónia, reunira-se várias vezes com Abílio de Macedo e seu irmão António. Abílio era, pois, uma figura muito conhecida no Ministério das Colónias – por via do seu activismo político e da sua obra de autarca nos decénios anteriores, e pelo seu grande endividamento ao Banco Nacional Ultramarino, de que tanto Marcelo Caetano como Vieira Machado foram administradores.

De Henrique Galvão não apresentaremos a biografia, porque, tendo sido já objecto de alguns estudos, é mais amplamente conhecida. Cingir-nos-emos ao seu desempenho no contexto da comissão que o levou ao arquipélago de Cabo Verde no Verão de 1942, e teceremos algumas considerações em torno da sua filiação e naturalidade.

---

<sup>8</sup> Por ocasião da apresentação dos alunos na aula inaugural do ano lectivo de 1966-1967 da Faculdade de Direito de Lisboa, Marcelo Caetano, deparando-se com a coincidência de apelidos, questionou um dos alunos (Adalberto José Barbosa Monteiro de Macedo) quanto à relação familiar que o ligava a Abílio Monteiro de Macedo. Respondendo-lhe o aluno que era seu neto, Marcelo Caetano terá comentado que o seu avô era alguém com relevância na sociedade cabo-verdiana, e que fora presidente da Câmara Municipal da Praia. Desconheceria, provavelmente, que Abílio morrera no ano anterior. (Testemunho de Arnaldo Monteiro de Macedo Santos, baseado em conversa mantida com Adalberto Monteiro de Macedo.)

© Edições Sílabo  
Almedina  
2025-09-23

## Capítulo 1

# Abílio Monteiro de Macedo: uma biografia parcelar

### A infância e a adolescência

Abílio Monteiro de Macedo nasceu na ilha do Fogo, uma das do arquipélago de Cabo Verde, a 3 de Abril de 1886. Era o quarto filho de um casal pertencente ao estrato superior da oligarquia insular. Seus pais, João Monteiro de Macedo e Ana Júlia Barbosa Botelho da Costa, eram filhos de duas irmãs e, por isso, primos co-irmãos. Seu avô materno, o reinol Joaquim Vieira Botelho da Costa, desempenhou elevadas funções na administração pública, entre as quais as de director da alfândega e administrador do concelho das ilhas do Sal e de São Vicente. Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, publicou no seu *Boletim* alguns trabalhos, um dos quais acerca do crioulo de Cabo Verde, matéria que o levou a corresponder-se com as maiores sumidades da época no domínio dos estudos dialectológicos, entre elas, Hugo Schuchardt<sup>9</sup>. A avó materna e os avós paternos descendiam de europeus que há muito se tinham fixado nas ilhas.

Muito orgulhosos da sua ascendência, que representavam como aristocrática, os Monteiro de Macedo, tal como os ramos familiares com os quais se vinham cruzando (todos aparentados por uma política estritamente observada de casamentos endogâmicos) conseguiram conservar até ao século XX o fenótipo e a cultura dos seus antepassados.

---

<sup>9</sup> Maria de Lurdes Caldas, «Os primórdios da crioulistica e a pueril vaidade dos homens de ciência», 2021.

dos europeus. Constituíam o grupo que tradicionalmente monopolizara os cargos da administração concelhia e ocupara o lugar dominante na escala da estratificação económica, social e cultural da ilha do Fogo, ilha caracterizada, até um tempo relativamente recente, por profundas assimetrias de poder entre os seus habitantes. Estas assimetrias eram decorrentes da reprodução continuada das desigualdades verificadas desde a implantação demográfica, iniciada ainda no século XV. O Fogo foi povoado por dois contingentes populacionais muito distintos, separados pela origem geográfica, pela cultura, pela cor e pelo estatuto jurídico: um era constituído por europeus (sobretudo portugueses), caucasóides e livres; o outro, por africanos, negróides e, na sua maior parte, escravos.

Quando Abílio nasceu, a escravatura já tinha sido abolida, mas persistiam as dinâmicas da desigualdade, que se manifestavam nas relações, muito hierarquizadas, entre os descendentes de um e de outro dos contingentes iniciais. Como teremos oportunidade de observar, em toda a sua vida, Abílio oscilou entre uma visão progressista, assente na crença na igualdade do género humano e no reconhecimento da meritocracia, e o pendor para se sentir com direito a um tratamento diferenciado, com base na superioridade estatutária da sua família. Evidenciou sempre a «arrogância e altivez» que, nas palavras do grande historiador de Cabo Verde, António Carreira, seu conterrâneo e parente, caracterizava a população da ilha do Fogo<sup>10</sup>.

Apesar da abolição dos vínculos, da dispersão da propriedade fundiária pelas heranças e do agravamento da recorrência das estiagens nas ilhas, o tempo da sua infância foi ainda o da prosperidade e bonança familiares. Sua mãe, mulher activa que supervisionara a construção da nova casa da família e que assumia a direcção dos negócios familiares, inclusivamente dos trabalhos agrícolas, durante as frequentes ausências do marido, tinha igualmente veia artística, tendo instalado em casa um pequeno *atelier* de pintura. Seu pai, comerciante por atacado e armador, estendia a sua actividade empresarial a três continentes (África, Europa e América) e integrava a lista dos trinta maiores contribuintes do arquipélago de Cabo Verde. Apesar de a corrente

---

<sup>10</sup> António Carreira, *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e “Rios de Guiné”* (Séculos XVII e XVIII), 1983, p. 73.



migratória para os Estados Unidos da América do Norte se ter iniciado anteriormente, a criação da primeira carreira regular para este País, transportando um cada vez maior número de emigrantes das ilhas de Cabo Verde, teria sido iniciativa de João Monteiro de Macedo e do bravense seu sócio Júlio José Maria Feijóo. Muito empreendedor e aberto à novidade, João Monteiro de Macedo comprava para as duas residências principais na ilha do Fogo – a da vila (posteriormente, cidade) de São Filipe, e a da casa de campo, o *Cerrado* – tudo o que fosse susceptível de elevar o bem-estar e o conforto familiares, como os electrodomésticos e outros mecanismos que iam surgindo: telefone, frigorífico, gramofones, máquina de passar a ferro e cronómetro.<sup>11</sup>

Esta situação de desaforo financeiro da família permitiu a Abílio e aos irmãos (aos rapazes, bem entendido) estudar fora das ilhas: o primogénito (António), num colégio madeirense; Abílio e os outros irmãos (Custódio, Mário e Joaquim), em Lisboa. Os dois mais novos puderam até licenciar-se em reputadas universidades francesas, onde cursaram engenharia electrotécnica. O percurso escolar de Abílio foi, no entanto, abruptamente interrompido pela inesperada ruína financeira paterna nos primeiros anos do novo século. Abílio frequentava então a *Escola Académica*, estabelecimento de ensino privado em Lisboa que foi piloto em várias áreas. Estava inscrito no Curso Comercial, que não pôde concluir, porque seu pai, na sequência do processo de falência da firma de um parente e amigo do qual era avalista, viu os seus bens atingidos.

Foram tempos muito difíceis para a família Monteiro de Macedo, pois coincidiram com uma das mais graves crises famíneas de Cabo Verde, a de 1902-1903, que, juntamente com a mortalidade catastrófica que gerou, produziu os costumeiros efeitos de contracção sobre o mercado interno insular, já muito rarefeito, mesmo em anos de boas colheitas. A família endividou-se ao Banco Nacional Ultramarino<sup>12</sup> e

---

<sup>11</sup> Abílio de Macedo, «Autobiografia», s.d., [dactilografado], p. 5. Intitulámos assim as memórias escritas de Abílio de Macedo, pelo seu carácter acentuadamente autobiográfico, salientado pelo próprio logo no princípio da sua narrativa. Somente uma parte (o primeiro capítulo) das suas memórias se encontra publicada (num periódico cabo-verdiano entretanto extinto – *Magma*, n.º 3, 1989, pp. 11-17, e n.º 4, 1989, pp. 18-24).

<sup>12</sup> Somente em 1930, já depois da morte de João Monteiro de Macedo e de Ana Barbosa Botelho da Costa (ocorridas, respectivamente, em 1925 e 1927), ficaram inteiramente

viu-se obrigada a sair da grande casa recém-construída no Largo de São Pedro, vila de São Filipe. Abílio, apesar da sua extrema juventude, foi rapidamente chamado ao Fogo-natal, para auxiliar o pai na reconstituição da fortuna familiar. Com a ajuda de um irmão (Caetano Monteiro de Macedo) – que, juntamente com sua mulher (Luísa Barbosa Vicente), chegou a acolher em sua casa, em Lisboa, alguns dos sobrinhos –, João Monteiro de Macedo recuperou-a rapidamente, e os seus dois filhos mais novos, Mário e Joaquim, já puderam frequentar o ensino secundário no Reino e o ensino superior em França, como deixámos dito. Abílio é que, privado da possibilidade de continuar os estudos, jamais os retomaria, pois o casamento e os negócios em que entretanto se envolveu inviabilizaram o regresso.

### *A República e A Voz de Cabo Verde*

Em Fevereiro de 1909, contraiu matrimónio com Alice Cordeiro do Quental, ainda sua parente, com quem teve seis filhos. Alice era neta paterna de Venceslau Frederico do Quental e Silva, um madeirense que foi advogado provisionário e administrador dos concelhos de Santa Catarina e da Praia, e filha de uma professora primária (Regina Cordeiro) e de um amanuense da Secretaria-Geral do Governo (Luís Gualdino do Quental). Estabelecido há alguns anos na Praia, Abílio de Macedo ali continuou a residir. À excepção de um curto período entre o final do segundo e o início do terceiro decénios do século XX, e de um outro entre a sua saída do Tarrafal e a erupção vulcânica de 1951, a sua vida decorreu fora da ilha-natal: inicialmente, na cidade da Praia, na ilha de Santiago; depois, na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, e, novamente, na Praia.

Pouco depois de se casar, irrompeu a República, regime ao qual apaixonadamente já tinha aderido e que sempre defendeu. A República terá sido o seu maior e mais longo amor e, como frequentemente

---

saldadas as dívidas contraídas com o BNU em 1902, 1907 e 1910. Em mais uma demonstração de grande união e colaboração familiar, os filhos varões mais velhos do casal tinham hipotecado prédios seus para garantir os empréstimos feitos aos pais. ANCV-CNP, Lv. 174 – *Livro de Notas* (para actos e contratos entre vivos) do cartório do notário António Augusto Correia Osório, fls. 45v.º-50, e Lv. 175, fls. 1v.º-4v.º.



«Aqui estou, portanto, eu abilio [sic] Monteiro de Macedo, ainda há tão poucos dias entregue ao meu comércio em São Vicente, transformado num abrir-e-fechar-d'olhos em recluso da Colónia Penal do Tarrafal, pelo monstruoso crime de heresia levantada contra os dogmas impostos por Sua Santidade Diogo Ferreira Martins, Papa de Cabo Verde, por sentença lavrada no Santíssimo tribunal da Inquisição, sendo inquisidor-mor Henrique Galvão, brioso e distinto oficial (para termos pacíficos) do exército português.»

«No meu foro íntimo, porém, nem sempre existia a calma que eu aparentava e me esforçava por manter. Uma revolta furiosa revolvia-me até às fibras mais escondidas e, então, eu punha-me a pensar em todas as loucuras. Não seria possível fugir? Comprar uma sentinela, embarcar e nunca mais aparecer? [...] Era lá possível que fosse eu, vestido de presidiário, que estava fitando de longe, fitando com olhos aguados o Fogo, onde os meus tinham sido grandes, que eu próprio tivera sob minhas mãos, e que salvara em anos de crise pavorosa?»

ABÍLIO DE MACEDO  
«O Criminoso Desleixo [...]»

Apoio:



caixa

MINISTÉRIO DA  
CULTURA E DAS  
INDÚSTRIAS CRIATIVAS

GOVERNO DE  
**CABO  
VERDE**  
A TRABALHAR PARA TODOS.

ISBN: 978-989-9186-24-8



9 789899 186248